

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 20/03/2022 TARDE

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA TIPO 2

MARQUE ESSE TIPO DE PROVA NO SEU CARTÃO RESPOSTA
MARCAÇÃO INCORRETA, OU NÃO MARCAÇÃO, DO TIPO DA CAPA DA PROVA no CARTÃO
RESPOSTA é de inteira responsabilidade do candidato implicando na NÃO CORREÇÃO do seu cartão
resposta.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. O saco plástico recebido **na entrada** para guarda do seu material deverá, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira. O descumprimento dessa medida implicará na sua eliminação, constituindo tentativa de fraude.
2. Além deste BOLETIM DE QUESTÕES você recebeu seu CARTÃO RESPOSTA personalizado.
3. Confira se seus dados pessoais e cargo, constam na parte superior do seu CARTÃO RESPOSTA. Caso exista alguma imprecisão ou erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a devida correção de dados.
4. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas sendo constituída de uma prova com 80 (oitenta) questões objetivas.
5. Somente em caso de urgência o candidato deverá pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo permanecer de máscara e calado no percurso, podendo antes e depois da entrada na sala e no banheiro sofrer revista com detector de metais. Ao sair da sala, no término da sua prova, o candidato deverá continuar de máscara e não poderá mais utilizar o banheiro.
6. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova.
7. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, **duas** horas após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação deste Concurso Público.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, as feitas com lápis não serão consideradas.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
12. Ao final da sua prova, você deverá devolver o BOLETIM DE QUESTÕES, juntamente com o CARTÃO RESPOSTA. O candidato poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES desde que estejam faltando 30 minutos, ou menos, para seu término.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, de máscara, aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
14. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização das provas, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2021-SEPLAD/SEFA de 21/12/2021.

DIREITO TRIBUTÁRIO

01 Uma determinada empresa X adquire da empresa Y estabelecimento comercial e continua a respectiva exploração, sob outra razão social. Neste caso, pode-se afirmar que a empresa X responde pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato,

- (A) integralmente, se a empresa Y continuar a exploração da atividade.
- (B) subsidiariamente com a empresa Y, se esta cessar a exploração da atividade.
- (C) integralmente, se a empresa Y cessar a exploração da atividade.
- (D) integralmente, se a empresa Y continuar a exploração da atividade ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- (E) subsidiariamente com a empresa Y, se esta continuar a exploração da atividade ou iniciar dentro de doze meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

02 A moratória é uma das causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, constituindo na dilatação do prazo de pagamento de um débito tributário vencido ou ainda por vencer. Em relação à moratória, é correto afirmar que

- (A) somente pode ser concedida em caráter geral pela União, quanto a tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, independentemente de tratamento idêntico aos tributos de competência federal e às obrigações de direito privado.
- (B) a lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos, o prazo de duração do favor e as condições da concessão do favor em caráter individual.
- (C) abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo ou a fato futuro que venha ocorrer durante a vigência da legislação, não podendo a lei que a instituir prever de outra forma.
- (D) a concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao contribuinte, não podendo ser revogado de ofício, ainda que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.
- (E) o parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica e, salvo disposição em contrário, exclui a incidência de juros e multas.

RASCUNHO

03 O Código Tributário Nacional prevê os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da aplicação da legislação tributária. A respeito da Administração Tributária, o Código Tributário Nacional prevê que

(A) pode a autoridade administrativa requisitar informações aos bancos e instituições financeiras, sendo estes obrigados a prestar todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, salvo exceções e proibições legais, desde que mediante intimação escrita da autoridade administrativa.

(B) a Fazenda Pública e seus servidores são proibidos de divulgarem informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeiro do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios, existência de representações fiscais para fins penais, parcelamento ou moratória e incentivo, renúncia, benefício ou imunidade da natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

(C) a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, sem necessidade de lei ou convênio. Todavia, a Fazenda Pública da União somente poderá permutar informações com Estados estrangeiros na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios.

(D) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até 05 (cinco) anos após a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

(E) a autoridade administrativa possui o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, não sendo necessária autorização judicial para tanto, devendo, no entanto, a autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrar os termos necessários para que se documente o início do procedimento, fixando o prazo máximo para a conclusão daquelas, a depender da complexidade do caso concreto.

04 Levando-se em consideração a legislação e jurisprudência atuais sobre Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débito e Crédito Tributário, pode-se afirmar que

(A) o Superior Tribunal de Justiça entende equiparável ao depósito integral do débito exequendo a fiança bancária, para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(B) a certidão de dívida ativa poderá ser substituída pela Fazenda Pública até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou até acórdão do segundo grau, caso seja objeto correção de erro formal, vedada, em ambos os casos, a modificação do sujeito passivo da execução.

(C) é entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sumulado, que, declarado e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa, devendo o órgão realizar a expedição da certidão positiva com efeito de negativa.

(D) o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 4296/DF, entendeu constitucional a faculdade do magistrado exigir caução, fiança ou depósito para a concessão de medida liminar em Mandado de Segurança que permite a expedição de certidão negativa de dívida.

(E) o Supremo Tribunal Federal possui entendimento sumulado que a Fazenda Pública, quer em ação anulatória, quer em execução embargada, não faz jus à expedição da certidão positiva de débito com efeitos negativos, independentemente de penhora, posto inapropriáveis os seus bens.

RASCUNHO

05 A Lei Complementar nº 24/75 dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências. A esse respeito, pode-se dizer que

(A) as isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICMS) serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, aplicando-se também à redução da base de cálculo e à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros; não sendo necessário para concessão de créditos presumidos e à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

(B) os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação, sendo que a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

(C) o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, não sendo permitida ratificação tácita dos convênios e considerando-se rejeitado o convênio que não for expressamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação.

(D) a inobservância dos dispositivos da Lei Complementar 24/75 poderá acarretar, de forma não cumulativa, a nulidade do ato ou a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria, a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente, podendo a estas sanções acrescer a presunção de irregularidade das contas correspondentes ao exercício, a juízo do Tribunal de Contas da União, porém sem a suspensão do pagamento das quotas referentes ao Fundo de Participação, e ao Fundo Especial.

(E) sairão com suspensão do Imposto de Circulação de Mercadorias as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situada no mesmo ou em outro Estado; bem como as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de Cooperativa de Produtores, para estabelecimento, no mesmo ou em outro Estado, da própria Cooperativa, de Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativas de que a Cooperativa remetente faça parte. Nesses casos, o imposto devido pelas saídas mencionadas nos incisos I e II será recolhido pelo destinatário, quando da saída subsequente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do tributo.

06 João vendeu uma casa em um condomínio fechado para Pedro em 2019 por meio de contrato de compra e venda de imóvel. Todavia, a transferência do imóvel no cartório de registros de imóveis somente ocorreu em 2021. Sobre este caso hipotético, é correto afirmar que

(A) o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) será devido desde 2019, eis que a jurisprudência entende que o fato gerador ocorre com a assinatura do contrato que prevê a obrigação de transferência de propriedade.

(B) o ITBI seria devido desde 2019, caso o contrato previsse uma condição suspensiva para sua efetivação, e na hipótese da não ocorrência da condição, entende a jurisprudência que o valor pago pode ser objeto de pedido restituição.

(C) o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) será devido a partir de 2021, posto que a jurisprudência entende que o fato gerador somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

(D) a existência de condição suspensiva ou resolutiva não modifica a data a partir da qual seria devido o imposto, pois o fato gerador do ITBI mantém-se na transferência da propriedade imóvel.

(E) o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) a ser pago, independente da data do fato gerador, já poderá sofrer a incidência da progressividade de acordo com a legislação local.

07 De acordo com a jurisprudência, é **INCORRETO** afirmar que

(A) o STF admite a validade da progressividade do ITCMD.

(B) a taxa, enquanto contraprestação a uma atividade do poder público, não pode superar a razoável equivalência que deve existir entre o custo real da atividade estatal e o valor cobrado de cada contribuinte.

(C) a responsabilidade da sucessora, na hipótese de sucessão empresarial, abrange apenas os tributos devidos pela sucedida, não atingindo as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

(D) a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o art. 145, II, da Constituição Federal.

(E) deve ser realizada a verificação da capacidade de que dispõe o contribuinte, considerado o montante de sua riqueza para suportar e sofrer a incidência de todos os tributos que ele deverá pagar, dentro de determinado período, à mesma pessoa política que os houver instituído.

08 Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que o Supremo Tribunal Federal

(A) considerou inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental, autorizando, portanto, medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, restando superada a Súmula 212 do Superior Tribunal de Justiça.

(B) considerou constitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental, mantendo, portanto, a proibição de liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.

(C) reconheceu, no julgamento Recurso Extraordinário – RE 917285, a constitucionalidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do ressarcimento de tributos, proceder à compensação, de ofício, com débitos parcelados sem garantia.

(D) reconheceu, no julgamento Recurso Extraordinário – RE 917285, a inconstitucionalidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do ressarcimento de tributos, proceder à compensação, de ofício, com débitos parcelados sem garantia, autorizando a imediata restituição dos valores indevidamente compensados de forma administrativa.

(E) reconheceu, no julgamento Recurso Extraordinário – RE 917285, a inconstitucionalidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do ressarcimento de tributos, proceder à compensação, de ofício, com débitos parcelados sem garantia, utilizando da modulação de efeitos para impor a eficácia da decisão a partir de 2024.

09 O devedor pode utilizar-se do mecanismo da denúncia espontânea prevista no Código Tributário Nacional como forma legal de pagamento de seus tributos. Trata-se de medida que incentiva os contribuintes a manterem-se regulares com suas obrigações tributárias. Sobre o tema, é correto afirmar que

(A) considera-se espontânea a denúncia apresentada antes do início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, salvo a possibilidade de, durante o recurso administrativo, antes de decisão, com a suspensão do crédito tributário, realizar a denúncia.

(B) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, e, quando o montante do tributo dependa de apuração, do depósito da importância arbitrada pelo contribuinte.

(C) a simples confissão de dívida, seguida de pedido de parcelamento, não caracteriza a denúncia espontânea, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

(D) o benefício da denúncia espontânea aplica-se aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

(E) a denúncia espontânea aplica-se apenas ao descumprimento de obrigações formais ou acessórias.

10 A respeito do tema da responsabilidade tributária, é correto afirmar que

(A) são pessoalmente responsáveis o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro pelos tributos devidos pelo de *cujus* até a data do inventário, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

(B) são pessoalmente responsáveis o espólio pelos tributos devidos pelo de *cujus* até a data da abertura do inventário.

(C) respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal, os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.

(D) são pessoalmente responsáveis pelos crimes tributários de obrigações tributárias resultantes de atos praticados com ou sem excesso de poderes ou infração de lei, independente de infração ao contrato social ou estatutos, os diretores, gerentes, funcionários ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

(E) a responsabilidade é pessoal ao agente quanto às obrigações tributárias ainda que no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo ou culpa, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.

11 Em conformidade com a legislação e a Jurisprudência sobre os princípios tributários, é correto afirmar que

(A) é constitucional a flexibilização da legalidade tributária que permitiu ao Poder Executivo, prevendo as condições e fixando os tetos, reduzir e restabelecer as alíquotas da contribuição ao PIS e da Cofins incidentes sobre as receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo, estando presente o desenvolvimento de função extrafiscal.

(B) viola o princípio da legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa, ainda que em proporção razoável com os custos da atuação estatal.

(C) o restabelecimento da alíquota da CIDE-Combustíveis e do ICMS-Combustíveis é exceção às anterioridades anual e nonagesimal.

(D) os tributos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados de forma progressiva segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

(E) é legal a instituição pela União de tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que importe até mesmo distinção em favor de determinado Estado ou Município, desde que previsto em lei e devidamente fundamentado.

RASCUNHO

12 Acerca das Limitações ao Poder de Tributar e as imunidades tributárias, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento de que

(A) a imunidade tributária de receitas de exportação prevista no art. 149, § 2º, I, da CF/88 abrange também as receitas decorrentes de operações indiretas de exportação, ou seja, realizadas com a participação de sociedade exportadora intermediária (*trading companies* ou ECEs).

(B) a imunidade assegurada pela Constituição Federal aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos da lei, não alcança o IOF, aplicando-se apenas a patrimônio, renda e serviços, desde que estejam todos relacionados com as finalidades essenciais das entidades.

(C) não é imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro, ainda que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência.

(D) é inconstitucional a fixação de alíquotas de IPI superiores a zero sobre garrações, garrafas e tampas plásticas, ainda que utilizados para o acondicionamento de produtos essenciais.

(E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, desde que não realizem cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

13 Com respeito ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, é correto afirmar que

(A) é inconstitucional a lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do CONFAZ, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.

(B) adotada, pelo legislador estadual, a técnica da seletividade em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços.

(C) a cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, prescinde da edição de lei complementar, veiculando normas gerais.

(D) é inconstitucional a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

(E) o ICMS compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS.

14 O art. 3º do Código Tributário Nacional conceitua tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Com base no entendimento da jurisprudência nacional acerca do assunto, é **INCORRETO** afirmar que

(A) é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

(B) é constitucional a incidência de Imposto de Renda sobre receitas depositadas em conta corrente cuja origem não foi comprovada pelo titular, desde que ele tenha sido intimado para tanto.

(C) são inconstitucionais os artigos que vedam a apuração de créditos de PIS/Cofins na aquisição de insumos recicláveis.

(D) é constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC nº 33/2001.

(E) é permitido aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no art. 155, § 1º, III, da Constituição Federal, sobre doações e heranças provenientes do exterior, sem a intervenção da lei complementar.

15 A Secretaria de Fazenda do Estado X enviou os boletos para recolhimento do IPVA aos seus contribuintes, permitindo o pagamento até dia 15 de fevereiro de 2022 com desconto de 15% aos proprietários de veículos sem multas no último ano ou parcelados em 06 vezes, com a primeira prestação também no dia 15 de fevereiro e as demais nos cinco meses subsequentes. Um determinado contribuinte recebeu o boleto no dia 05 de janeiro de 2022, porém não efetivou o pagamento em nenhuma das hipóteses. Sobre a situação hipotética, pode-se afirmar que

- (A) o prazo prescricional para execução fiscal inicia-se em 06 de janeiro de 2022.
- (B) o prazo prescricional para execução fiscal inicia-se em 16 de fevereiro de 2022.
- (C) o prazo prescricional para execução fiscal inicia-se em 16 de julho de 2022.
- (D) o prazo prescricional para execução fiscal inicia-se em 01 de janeiro de 2023.
- (E) não se pode falar em prazo prescricional ante inexistência da constituição definitiva do crédito tributário.

16 De acordo com a jurisprudência, pode-se afirmar que

- (A) é constitucional a aplicação dos recursos por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede.
- (B) as contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI com fundamento na Lei 8.029/90 foram recepcionadas pela Emenda Constitucional 33/2001.
- (C) é constitucional a inclusão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.
- (D) a atividade desenvolvida pelo Estado no âmbito da segurança pública é mantida ante impostos, sendo imprópria a substituição, para tal fim, de taxa.
- (E) não é taxativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal, admitindo-se a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei em razão da interpretação extensiva.

17 Uma empresa localizada no Estado do Pará contrata uma empresa localizada no Estado de São Paulo para realizar a importação da Alemanha de uma máquina para produção agrícola. Essa máquina será utilizada na filial da empresa no Amazonas. A empresa de São Paulo realiza o pagamento direto para a empresa alemã, importando em seu nome a máquina, constando a empresa de São Paulo na guia de importação como importadora. Com a máquina em solo brasileiro, a empresa paulista faz a cobrança do pagamento pelo serviço prestado à empresa paraense. Nesse contexto, é correto afirmar que, de acordo com o entendimento do STF,

- (A) o sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado do Pará, pois é o destinatário originário da operação, não importando quem consta na guia de importação.
- (B) o sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado de São Paulo, pois é o destinatário legal da operação que deu causa à circulação da mercadoria, com a transferência de domínio.
- (C) o sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado do Amazonas, posto que é o destinatário final da mercadoria, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- (D) o sujeito ativo da obrigação tributária de ICMS incidente sobre mercadoria importada é o Estado do Pará, pois é o destinatário real da operação, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- (E) qualquer um dos Estados membros poderá fazer a cobrança do ICMS, devendo-se realizar a compensação entre os envolvidos.

RASCUNHO

18 Sobre a repartição de receitas tributárias, a legislação dispõe que

(A) a União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados 50% (cinquenta por cento), sendo 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios; 5% (cinco por cento) por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 5 % (cinco por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

(B) pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, além de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação dos impostos residuais, isto é, aqueles que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I, CF.

(C) pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º; 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios; 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

(D) pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, além de 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação dos impostos residuais, isto é, aqueles que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I, CF.

(E) a União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados 50% (cinquenta por cento), sendo 22% (vinte e dois por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; 22% (vinte e dois por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios; 3% (três por cento) por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 3 % (três por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

19 Considerando-se o instituto da Obrigação Tributária é correto dizer que a

(A) obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

(B) obrigação acessória decorre da legislação tributária complementar, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos e possui conteúdo patrimonial.

(C) obrigação principal, pela sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.

(D) obrigação tributária principal pode ter como sujeito passivo o responsável e o contribuinte. Diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

(E) natureza pecuniária da obrigação tributária acessória exige do destinatário da norma uma ação específica. Por outro lado, a obrigação tributária principal engloba todas as situações que não impliquem pagamento.

RASCUNHO

20 Sobre a Substituição Tributária, pode-se afirmar que

(A) o fato gerador presumido ocorre na substituição tributária para trás, toda vez que o responsável tributário substitui o contribuinte que se supõe realizado o fato gerador.

(B) é um exemplo de substituição tributária para frente o pagamento do ICMS pela indústria que compra bens de vendedores de sucatas, pois o sucateiro como contribuinte deveria pagar o ICMS, mas a substituição joga para frente a responsabilidade para a indústria arcar com o tributo.

(C) é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente, se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

(D) é um exemplo de substituição tributária para trás a fabricante de veículos que se responsabiliza pelo pagamento do tributo incidente sobre a operação que se supõe irá ocorrer entre a concessionária e o consumidor final, pois a concessionária seria a contribuinte que deveria pagar o tributo, mas a substituição joga para trás a responsabilidade para a fabricante de arcar com o ônus de pagamento.

(E) não é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente, se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

21 Sobre a incidência do ICMS julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das assertivas a seguir.

I. Empresa contratada para lubrificar e fazer a revisão de motor de embarcação e que precisou trocar diferentes peças do motor está sujeita ao ISSQN pela prestação do serviço e ao ICMS pelas peças substituídas do motor.

II. Pessoa jurídica contratada para organizar festas e recepções, incluindo o buffet com alimentação e bebidas, está sujeita apenas à tributação do ICMS.

III. Empresa de engenharia domiciliada em Castanhal (PA) foi contratada para construir um edifício de 4 andares em Ananindeua (PA). Durante a obra forneceu mercadorias que foram produzidas dentro do local da obra, sujeitando-se à tributação do ISSQN pela prestação de serviço de engenharia, bem como ao ICMS pelas mercadorias empregadas na obra e fornecidas pela empresa.

IV. Empresa foi contratada para dar manutenção em elevador em prédio da SEFA/PA, precisou substituir diferentes peças da engrenagem do elevador, está sujeita tão somente ao ISSQN pela prestação do serviço, pois sem a substituição das peças o serviço não poderia ter sido prestado.

A sequência correta é

(A) V – F – F – V.

(B) V – V – F – V.

(C) F – V – V – F.

(D) V – F – F – F.

(E) F – F – V – F.

RASCUNHO

22 Sobre a substituição tributária, a legislação do Pará prevê o seguinte:

(A) a base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.

(B) a base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações subsequentes, obtida pelo somatório das parcelas seguintes: 1) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário; e 2) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço.

(C) tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final ao consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, será o valor de mercado da operação.

(D) existindo preço final ao consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, a base de cálculo do imposto será este preço, ressalvadas as situações nas quais o preço final tiver sido fixado por órgão público competente.

(E) só será possível a restituição do valor do ICMS pago por força substituição tributária, após o deferimento do pedido que reconheça que o correspondente fato gerador presumido não se realizou.

23 Considere o conteúdo do Art. 43 da Lei nº 5.530/89:

Art. 43. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

É correto afirmar que diz respeito ao

(A) princípio da irretroatividade tributária.

(B) instituto da compensação tributária.

(C) princípio da anterioridade tributária.

(D) princípio da não-cumulatividade.

(E) direito ao indébito tributário.

24 O estabelecimento de contribuinte obrigado à escrituração fiscal poderá apurar o valor do imposto a recolher, conforme o regime tributário

(A) por homologação.

(B) alfandegário.

(C) por declaração.

(D) especial.

(E) por arbitramento.

25 Sobre o IPVA, no Estado do Pará, considera-se ocorrido o fato gerador na data

(A) do desembaraço aduaneiro e conseqüente incorporação ao ativo permanente, em relação a veículo importado diretamente do exterior por consumidor final.

(B) da primeira aquisição por consumidor final ou empresa locadora.

(C) da incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor, do importador e do consumidor final.

(D) em que ocorrer a perda da não-incidência ou da isenção, no dia 1º de janeiro de cada ano, salvo nos casos de importação.

(E) em que ocorrer a perda da não-incidência ou da isenção relativamente a veículo de propriedade de empresa locadora.

26 Luis Inácio Gomes, solteiro, nasceu em Belém (PA) e, nos últimos 40 anos, residiu em Florianópolis (SC). Faleceu no dia 12 de janeiro de 2022, teve seu inventário realizado em Florianópolis (SC) e deixou os seguintes bens como herança a seus dois únicos filhos:

- apartamento localizado em São Paulo (SP);
- imóvel rural localizado em Santarém (PA);
- veículo leve registrado no Detran/SP;
- ações preferenciais da Petrobrás;
- casa localizada em Belém (PA);
- casa localizada em Florianópolis (SC).

Sobre o ITCMD relativo às transmissões dos bens herdados, será devido ao Estado do Pará

(A) o imposto sobre todos os bens transmitidos.

(B) o imposto sobre todos os bens herdados.

(C) o imposto sobre o imóvel localizado em Belém (PA), pois foi o município de nascimento do falecido.

(D) o imposto sobre o imóvel rural localizado em Santarém (PA) e o imóvel localizado em Belém (PA).

(E) o imposto sobre todos os bens imóveis.

27 Sobre denúncia espontânea, a legislação tributária estadual do Pará prevê o seguinte:

(A) a responsabilidade tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que o infrator tributário informe à repartição fazendária que jurisdicionar o domicílio tributário do sujeito passivo, seja verbalmente ou por escrito, acompanhada do cumprimento da obrigação tributária principal e seus acréscimos legais oriundos da mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante dependa de posterior apuração.

(B) a denúncia espontânea não será admitida pelo órgão da administração tributária estadual quando o sujeito passivo declarar a ocorrência do fato gerador, seja pela escrituração ou pelo cumprimento de obrigação tributária acessória prevista na legislação tributária.

(C) o início do procedimento administrativo tendente à imposição tributária tem a força de impedir a admissão de denúncia espontânea, salvo se for proposta antes de 24 horas após o início da ação fiscal.

(D) a responsabilidade tributária do sujeito passivo poderá ser excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que o infrator tributário informe à repartição fazendária que jurisdicionar o domicílio tributário do sujeito passivo, por qualquer meio e, ainda, pagar o tributo e seus acréscimos legais oriundos da mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante dependa de posterior apuração.

(E) a denúncia espontânea referente ao não-cumprimento de obrigação acessória poderá ser apresentada apenas uma vez dentro do mesmo exercício financeiro, após o pagamento da multa correspondente e desde que verse sobre o mesmo fato ou obrigação, e deverá ser cumprida, impreterivelmente, em 30 (trinta) dias após a sua apresentação.

RASCUNHO

28 Uma servidora pública, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais (CAT-AF-01), durante os atos preparatórios de conclusão de determinado procedimento fiscal, observou a realização de fraude. Constituiu crédito tributário na ordem 165.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA), representando 33% do movimento econômico conhecido no período de referência. Sobre esse caso é correto afirmar o seguinte:

(A) a autoridade fiscal competente, antes de proceder ao arrolamento de bens e direitos, intimará o sujeito passivo para que este, no prazo de 72 horas, ofereça bens ou deposite valor em juízo como garantia.

(B) a autoridade fiscal poderá, a partir da análise do caso, lavrar termo de sujeição passiva solidária contra sócio e administradores decorrentes da infringência à legislação tributária.

(C) a Auditora Fiscal de Receitas Estaduais, durante os procedimentos de conclusão da ação fiscal, nos quais está inclusa a constituição do crédito tributário em nome da pessoa jurídica, procederá também à lavratura do termo de sujeição passiva solidária contra sócio e administradores.

(D) a autoridade fiscal competente não poderá proceder ao arrolamento dos bens e direitos do sujeito passivo submetido ao procedimento, pois o valor do crédito constituído é inferior a 200.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

(E) a Auditora Fiscal de Receitas Estaduais, mesmo tendo constituído crédito tributário em nome da pessoa jurídica, não poderá lavrar do termo de sujeição passiva solidária contra sócio e administradores, pois só estaria autorizada se o crédito tributário fosse maior que 200.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

29 A respeito da fase litigiosa do procedimento administrativo tributário, como dispõe a legislação tributária do Pará, é correto afirmar o seguinte:

(A) tem início na repartição fazendária que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo, pela apresentação de impugnação ou do recurso a auto de infração, no prazo de trinta dias, contado da data em que se considera notificado o sujeito passivo.

(B) a prova documental será apresentada na impugnação, precluindo absolutamente o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento.

(C) a intervenção do sujeito passivo no procedimento administrativo tributário se fará sempre por meio de procurador devidamente habilitado, desde que aquele seja detentor de título superior.

(D) a impugnação será indeferida quando o pedido for intempestivo, ressalvadas as hipóteses em que o crédito tributário for superior a 100.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA).

(E) a autoridade julgadora fundamentará a decisão, mas não ficará adstrita às alegações constantes do expediente e, na apreciação da prova, formará livremente o seu convencimento, atendendo aos fatos e circunstâncias extraídos do expediente, ainda que não alegados pelas partes.

RASCUNHO

30 Após a conclusão de ação fiscal, a autoridade tributária constituiu crédito tributário na ordem de 7.801 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA) relativo ao descumprimento de obrigação principal (ICMS). Insatisfeito, o contribuinte deu início, tempestivamente, ao contencioso fiscal e, na inicial, juntou todos os documentos e provas necessárias à sua defesa. A decisão da julgadora de primeira instância foi pela manutenção do lançamento tributário, fato que ensejou o Recurso Voluntário por parte do contribuinte. Porém, este foi realizado em dez dias, o prazo previsto na legislação. A decisão emanada por uma das Câmaras Permanentes do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF) acompanhou a decisão do órgão de primeira instância. Na sequência, o contribuinte utilizou o direito e protocolou o recurso de reconsideração. Sobre o caso é correto afirmar que

- (A) o recurso de reconsideração será interposto pelo procurador do Estado que atua no TARF.
- (B) o recurso de reconsideração será distribuído ao mesmo conselheiro que tiver redigido o acórdão da decisão recorrida.
- (C) o julgador de primeira instância deveria ter recorrido de ofício para o TARF.
- (D) o recurso voluntário interposto fora do prazo (intempestivo) será, mesmo assim, recebido, sem efeito suspensivo, e encaminhado ao TARF.
- (E) nas Câmaras Permanentes de Julgamento do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), a atuação dos procuradores do Estado é dupla, emitindo parecer e exercendo voto durante as sessões de julgamento.

31 De acordo com a legislação relativa ao ICMS, as isenções serão concedidas ou revogadas nos termos de

- (A) lei estadual, aprovada por 2/3 do parlamento.
- (B) lei estadual, aprovado por quórum simples, em dois turnos.
- (C) decreto estadual, respeitando-se todos os princípios constitucionais tributários.
- (D) convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, após aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.
- (E) convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, após decisão unânime dos Estados representados.

32 Sobre o tema “base de cálculo”, conforme previsto na legislação tributária estadual, é correto afirmar o seguinte:

- (A) A base de cálculo será o valor da operação quando da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no Estado do transmitente
- (B) O fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento não compõem as hipóteses de incidência.
- (C) Na prestação de serviço de transporte intramunicipal, interestadual e intermunicipal e de comunicação, a base de cálculo será o preço do serviço.
- (D) Na prestação de serviço de comunicação aberta, a base de cálculo será o preço do serviço.
- (E) Quando do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior, a base de cálculo será a soma do valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, acrescido do imposto de importação, imposto sobre produtos industrializados, imposto sobre operações de câmbio, exceto as despesas aduaneiras, pois estas são isentas, conforme prevê a legislação tributária em vigor.

RASCUNHO

33 A empresa de transporte de cargas “Amazônia Log”, domiciliada na cidade de Belém (PA), realiza todas os meses uma viagem que parte de Belém e tem como destino final a cidade de Porto Velho (RO). Todavia, a embarcação faz escala em Santarém (PA), Parintins (AM) e Itacoatiara (AM). O ICMS pelo serviço de transporte é devido

- (A) ao Estado do Amazonas, pelo fato de ser o estado no qual ocorrem maior número de escalas.
- (B) ao Estado de Rondônia pelo fato de ser o destino final das cargas.
- (C) a nenhum dos Estados (PA, AM ou RO), pelo fato de a prestação de serviço de transporte em questão ser uma hipótese de incidência do ISSQN, conforme prevê a LC nº 116/03.
- (D) ao Estado do Pará, pelo fato de ter início em seu território a prestação de serviço de transporte.
- (E) ao Estado do Pará, pelo fato de nele estar sediada a empresa transportadora.

34 O fato gerador da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), consiste no exercício regular do poder de polícia pelo órgão estatal competente para

- (A) prestar serviço efetivo de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM).
- (B) prestar serviço (efetivo ou potencial) que vise a planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais relativas à utilização de recursos minerais e à gestão e ao desenvolvimento de sistemas de produção, transformação, expansão, distribuição e comércio de bens minerais.
- (C) registrar, controlar e fiscalizar as autorizações, licenciamentos, permissões e concessões para pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários.
- (D) controlar, acompanhar e fiscalizar as atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários, inclusive a prestação (efetiva ou potencial) de serviço (específico e divisível) de monitoramento de extração mineral.
- (E) controlar, registrar e fiscalizar autorizações, licenciamentos, permissões e concessões para pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários, bem como a prestação efetiva ou potencial de serviço de monitoramento do volume de extração mineral.

35 Sobre a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), podemos entender que é/são contribuinte(s) do citado tributo:

- (A) a pessoa jurídica que, mesmo que sem autorização, realize a pesquisa, a lavra e a exploração de recursos minerários.
- (B) a pessoa física que, mesmo que sem autorização, realize a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários.
- (C) a pessoa física ou jurídica, autorizada, que realize a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários.
- (D) apenas pessoas jurídicas de direito público que realizem a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários.
- (E) a pessoa jurídica de direito privado que, independentemente de autorização, realize a pesquisa, a lavra, a exploração ou o aproveitamento de recursos minerários.

36 A ocorrência e a competência da apuração da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) são, respectivamente, as seguintes:

- (A) trimestralmente, após o controle e a fiscalização dos agentes públicos da Secretaria de Estado, de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).
- (B) mensalmente, após o envio da Declaração de Minérios Extraídos (DME) à Secretaria de Estado, de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e recolhida até o último dia útil do mês seguinte à extração do recurso mineral.
- (C) semestralmente, após o controle e a fiscalização dos agentes públicos da Secretaria de Estado, de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).
- (D) trimestralmente, após o envio da Declaração de Minérios Extraídos (DME) à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e recolhida até o décimo dia útil do mês seguinte à extração do recurso mineral.
- (E) bimestralmente, após o controle e a fiscalização dos agentes públicos da Secretaria de Estado, de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM) e apoio dos agentes de fiscalização da SEFA.

37 Todo contribuinte dos tributos de competência do Estado do Pará tem direito de

- (A) receber um tratamento diferente em razão da sua distinção em relação aos demais contribuintes, com base na gênese do princípio da igualdade.
- (B) acessar, absoluta e gratuitamente, os dados e informações de seu interesse registrados nos sistemas de tributação, arrecadação e fiscalização, bem como de receber certidões, sem cobranças de taxas, com fulcro nos princípios da publicidade e da transparência.
- (C) se recusar a prestar informações por requisição verbal, quando optar por intimação escrita.
- (D) obter certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de seu interesse, observado o prazo de dez dias pela autoridade competente para fornecimento das informações e certidões solicitadas, após o recolhimento da taxa de expediente, que não poderá desprestigiar o princípio da razoabilidade.
- (E) se comunicar com seu advogado ou entidade de classe quando sofrer ação fiscal, gerando o efeito suspensivo do procedimento administrativo de fiscalização por 24 horas.

38 A empresa de transporte Papa Léguas, domiciliada em Marabá (PA), presta serviço de transporte regular de pessoas entre os diversos bairros daquele município, bem como, eventualmente, transporta pessoas e bens para Parauapebas (PA) e Curionópolis (PA). Logo, pode-se afirmar que a empresa

- (A) realiza o fato gerador de dois impostos, o ISSQN e o ICMS e deve recolher o ICMS mensalmente decorrente do serviço de transporte intermunicipal.
- (B) realiza o fato gerador de dois impostos, o ISSQN e o ICMS e deve recolher o ICMS somente em relação aos meses em que prestar o serviço de transporte intermunicipal.
- (C) realiza o fato gerador apenas do ICMS e deve cumprir com sua obrigação tributária principal relativa ao ICMS somente em relação aos meses em que prestar o serviço de transporte intermunicipal.
- (D) nos meses que prestar serviços de transporte intramunicipal e intermunicipal, poderá optar entre as tributações do ISSQN ou do ICMS. Caso contrário, haverá o denominada bitributação, que é vedada pela ordem jurídica nacional.
- (E) a empresa transportadora é contribuinte apenas do ISSQN.

- 39** De acordo com a legislação tributária do Pará, o ICMS não incide sobre
- (A) operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
 - (B) prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
 - (C) prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
 - (D) a entrada de mercadoria ou bem importado do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
 - (E) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

40 Julgue verdadeira (V) ou falsa (F) cada uma das assertivas a seguir.

- I. A isenção não dispensa o contribuinte do ICMS das obrigações acessórias.
- II. A imunidade, não incidência ou isenção não desobriga os contribuintes de se inscreverem no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- III. Quando o estabelecimento for imóvel rural situado em território de mais de um município, considera-se que o contribuinte está jurisdicionado no município com maior população, de acordo com os dados do último Censo do IBGE.
- IV. O contribuinte, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados cadastrais a qual não deu causa, poderá solicitar sua imediata correção, mediante o pagamento de taxa de expediente, devendo o órgão competente providenciá-la em prazo razoável, fixado em regulamento.

A sequência correta é

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – F.

CONTABILIDADE GERAL

- 41** A contabilização em “propriedades para investimento” e em “Imobilizado” costuma gerar dúvidas nos profissionais de Contabilidade. Nesse sentido, para esclarecimento da contabilização em relação a esses dois elementos, são exemplos, respectivamente, a aquisição de
- (A) dois veículos, um para uso nas atividades operacionais da Cia. e outro para revenda.
 - (B) ações de outras empresas, sendo uma parte em ações ordinárias, em caráter permanente, e outra parte em ações preferenciais, para venda no curto prazo.
 - (C) máquinas para uso na produção e aquisição de terreno para alugar.
 - (D) dois galpões, um para obtenção de valorização e outro para uso nas atividades operacionais da Cia.
 - (E) dois terrenos, um para ampliação da fábrica e outro para alugar.

RASCUNHO

42 A Escola Futurista Ltda., fundada em 2019, adquiriu, em 02 de janeiro de 2020, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 80.000,00 e, para instalar o software em operação, a Futurista Ltda. desembolsou o montante de R\$ 6.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 40 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 5% para pagamento dentro do mesmo mês e 10% para pagamento à vista, no ato da negociação. A Futurista Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado

- (A) intangível de R\$ 80.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.000,00.
- (B) intangível de R\$ 80.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 2.000,00.
- (C) intangível de R\$ 78.000,00 e amortização acumulada de R\$ 1.950,00.
- (D) intangível de R\$ 78.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 1.950,00.
- (E) intangível de R\$ 86.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.150,00.

43 As notas explicativas estão previstas na Lei n. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como nos Pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade. Considerando-se apenas a Lei das Sociedades por Ações, é correto afirmar que as notas explicativas devem indicar os(as)

- (A) eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham qualquer efeito sobre a situação financeira da companhia.
- (B) investimentos em outras sociedades.
- (C) espécies, números, classes e nomes dos detentores das ações do capital social da companhia.
- (D) ônus reais contidos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.
- (E) opções de compras de ações no exercício.

RASCUNHO

44 A Comercial Eletrônica Ltda. é uma empresa do comércio varejista de eletrônicos. Entre as principais mercadorias que comercializa está o componente A, que é controlado pela empresa utilizando o inventário permanente de estoques, método PEPS. As informações da referida mercadoria no mês de dezembro de 2021 eram:

- em 01/12, saldo em estoque de 10 componentes, registrado pelo valor de R\$ 2.400,00;
- em 08/12, aquisição de um lote de 10 dos mesmos componentes em estoque, pelo valor global na nota fiscal de R\$ 2.750,00, já incluídas as incidências de IPI a 10% e ICMS, alíquota especial, de 15%;
- em 22/12, venda de 14 componentes pelo valor global da nota fiscal de R\$ 5.100,00, com incidência de ICMS à alíquota de 18%.

Com base nas informações dadas, o valor de custo das mercadorias vendidas e o estoque final, pelo método PEPS, são, respectivamente,

- (A) R\$ 3.250,00 e R\$ 1.275,00.
- (B) R\$ 3.350,00 e R\$ 1.425,00.
- (C) R\$ 3.250,00 e R\$ 1.425,00
- (D) R\$ 3.400,00 e R\$ 1.500,00.
- (E) R\$ 3.350,00 e R\$ 1.500,00.

45 Com base nas informações da Comercial Eletrônica Ltda., **na questão anterior**, pode-se afirmar que o saldo do ICMS apurado no mês de dezembro/2021 é

- (A) a pagar, de R\$ 543,00.
- (B) a recuperar, de R\$ 375,00.
- (C) a pagar, de R\$ 918,00.
- (D) a recuperar, de R\$ 412,50.
- (E) a pagar, de R\$ 505,50.

46 A Cia. Popular S.A. obteve um lucro líquido no ano de 2020 de R\$ 45.000,00. Considerando-se que seu imposto de renda é calculado à alíquota de 20% do lucro real e que seu estatuto prevê a participação de empregados à alíquota de 10% e de debenturistas à alíquota de 4%, a provisão para o imposto de renda e a participação de empregados deve ser, respectivamente,

- (A) R\$ 10.125,00 e R\$ 5.625,00.
- (B) R\$ 9.990,00 e R\$ 4.500,00.
- (C) R\$ 10.125,00 e R\$ 4.320,00.
- (D) R\$ 9.990,00 e R\$ 5.625,00.
- (E) R\$ 10.026,00 e R\$ 4.320,00.

47 Considere as seguintes informações da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. Popular S.A. referente ao ano de 2020:

- a Cia. teve seu Capital Social aumentado em R\$ 48.000,00, totalmente integralizado em dinheiro;
- a Cia. apresentou um saldo líquido de caixa de R\$ 300.000,00 referente às suas atividades operacionais;
- a Cia. verificou que seu Disponível aumentou em R\$ 112.000,00 em relação ao ano anterior.

Com base apenas nas informações disponíveis, no registro do fluxo de caixa das atividades de investimento deve constar

- (A) saída líquida de caixa de R\$ 236.000,00.
- (B) entrada líquida de caixa de R\$ 236.000,00.
- (C) saída líquida de caixa de R\$ 140.000,00.
- (D) entrada líquida de caixa de R\$ 140.000,00.
- (E) saída líquida de Caixa de R\$ 460.000,00.

48 A empresa Mineirinha Ltda., que atua no ramo de mineração, descobriu, no ano de 2017, uma mina de ferro com possança estimada de 360 toneladas. No início do ano de 2018, obteve todas as autorizações governamentais para exploração. Os gastos referentes às autorizações para exploração da mina foram de R\$ 80.000,00, e o prazo dado pelo governo é de 6 anos a contar de 01/02/2018. No final do ano, o Contador da empresa verificou que o ritmo de exploração é de 6 ton./mês. Considerando-se que a opção do contador é pelo método de maior esgotamento do recurso mineral, no Balanço patrimonial da Mineirinha Ltda. os registros relativos a esse bem indicam um valor contábil de

- (A) R\$ 53.125,00.
- (B) R\$ 48.000,00.
- (C) R\$ 49.000,00.
- (D) R\$ 52.500,00.
- (E) R\$ 47.000,00.

49 A empresa Noturna S.A. está passando por um processo de reorganização administrativa e, no levantamento realizado, detectou que alguns bens de seu ativo fixo não haviam sido registrados na contabilidade. Esses bens foram adquiridos em janeiro/2017. Em dezembro/2019 esses bens devem ser registrados no Balanço Patrimonial, são eles:

- 01 trator: valor de compra R\$ 460.000,00, vida útil de 20 anos;
- 01 imóvel: valor de compra de R\$ 1.000.000,00, sendo 60% de edificações (vida útil de 20 anos) e 40% de terreno;
- 01 computador: valor de compra de R\$ 40.000,00 (vida útil de 4 anos).

Considerando-se que a empresa adota o valor residual de 20% para todos esses bens e sem levar em conta qualquer tipo de atualização monetária, o resultado da soma dos valores contábeis desses bens, em 31/12/2019, é de

- (A) R\$ 1.288.800,00.
- (B) R\$ 1.348.800,00.
- (C) R\$ 1.228.800,00.
- (D) R\$ 1.068.800,00.
- (E) R\$ 1.000.800,00.

50 No início de janeiro/2020, a empresa Noturna S.A., mencionada na questão anterior, recebeu proposta para vender seu trator por R\$ 420.000,00. Caso seja aceita a proposta, e sem considerar qualquer incidência tributária, pode-se afirmar que a Noturna S.A. terá uma(um)

- (A) perda de imobilizado de R\$ 52.000,00.
- (B) ganho de imobilizado de R\$ 52.000,00.
- (C) perda de imobilizado de R\$ 15.200,00.
- (D) ganho de imobilizado de R\$ 15.200,00.
- (E) perda de imobilizado de R\$ 3.200,00.

51 As empresas A e B firmaram um contrato para fornecimento de materiais da primeira à segunda empresa. Aos direitos e obrigações previstos no referido contrato eram aplicados critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração, que os tornavam interdependentes. Em dado momento, sem qualquer acerto, as empresas deixaram de cumprir o referido contrato. Situação como a apresentada caracteriza o que o CPC 00 define como

- (A) conciliação contratual.
- (B) contrato executório.
- (C) equilíbrio contratual.
- (D) contrato intermitente.
- (E) contrato administrativo.

52 A companhia Marajó S/A apresentou os seguintes elementos patrimoniais e de resultados referentes a sua operacionalização no ano de 2021:

ELEMENTOS	SALDOS EM REAIS
Receita bruta	2.400.000,00
Créditos a receber	160.000,00
Bens de uso	300.000,00
Bens de renda	1.200.000,00
Impostos a recolher	98.000,00
Receitas antecipadas	200.000,00
Capital social	1.500.000,00
Empréstimos a diretores	688.400,00
Estoque de produtos acabados	480.000,00
Impostos sobre vendas	495.600,00
Capital a Integralizar	320.000,00
Depreciação Acumulada	118.000,00
Despesas Antecipadas	144.000,00
Reservas	380.000,00
Matéria prima a pagar	240.000,00
Custo dos produtos vendidos	840.000,00
Mão-de-obra a pagar	325.000,00
Caixa	225.000,00
Estoque de produtos em elaboração	120.000,00
Despesas operacionais	288.000,00

De posse dos saldos desses elementos patrimoniais e de resultados, pode-se dizer que, após a apuração de resultados e antes das destinações do lucro, o patrimônio líquido da companhia Marajó S/A apresentou um saldo, em reais, de

- (A) 1.560.000,00.
- (B) 2.656.400,00.
- (C) 2.336.400,00.
- (D) 2.832.000,00.
- (E) 1.960.400,00.

53 Com os mesmos saldos da companhia Marajó S/A, apresentados na questão anterior, pode-se dizer que o Ativo Não Circulante apresentou um total, em reais, de

- (A) 1.382.000,00.
- (B) 2.188.400,00.
- (C) 1.770.400,00.
- (D) 2.070.400,00.
- (E) 1.500.000,00.

RASCUNHO

54 A empresa Delivery Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de agosto/2019, o contador da empresa considerou as seguintes informações:

FATOS	VALORES
Compra de material em agosto/2019, pago em setembro/2019	190,00
Despesa de agosto/2019, paga em setembro/2019	115,00
Receita de agosto/2019, recebida em setembro/2019	150,00
Compra de material em agosto/2019, pago em agosto/2019	210,00
Despesa de setembro/2019, paga em agosto/2019	260,00
Receita de setembro/2019, recebida em agosto/2019	410,00
Despesa de agosto/2019, paga em agosto/2019	250,00
Receita de agosto/2019, recebida em agosto/2019	340,00

No final do referido mês, o contador apurou o resultado econômico, pelo regime de competência, e o resultado financeiro, pelo regime de caixa. Os resultados das apurações são

- (A) lucro de 95 e saldo de caixa de -60,00.
- (B) prejuízo de 55 e saldo de caixa de 60,00.
- (C) lucro de 95 e saldo de caixa de 60,00.
- (D) prejuízo de 55 e saldo de caixa de 150,00.
- (E) lucro de 55 e saldo de caixa de 30,00.

RASCUNHO

55 A Cia. Celestial detém 80% de participação no capital da investida, a Cia. Noturna, conforme o balanço patrimonial apresentado por elas em 31 de dezembro de 2021.

Ativo	Cia. Celestial	Cia. Noturna
<i>Circulante</i>		
Caixa	2.200,00	1.400,00
Banco	2.200,00	1.500,00
Duplicatas a receber	2.800,00	1.500,00
Estoque	2.000,00	1.000,00
<i>Não Circulante</i>		
Ações da Cia. Noturna	2.800,00	
Ativo Total	12.000,00	5.400,00
Passivo		
<i>Circulante</i>		
Fornecedores	1.800,00	1.900,00
<i>Patrimônio Líquido</i>		
Capital Social	7.000,00	2.000,00
Reservas de lucros	3.200,00	1.500,00
Passivo + PL Total	12.000,00	5.400,00

O lançamento de eliminação do Patrimônio Líquido da Cia. Noturna em contrapartida ao valor do investimento da Cia Celestial é

- (A) D- Capital Social - 1.600,00
D- Reservas de lucro - 1.200,00
C- Ações da Cia Noturna - 2.800,00.
- (B) D- Capital Social - 400,00
D- Reservas de lucro - 300,00
C- Ações da Cia Noturna - 700,00.
- (C) D- Capital Social - 2.000,00
D- Reservas de lucro - 1.500,00
C- Ações da Cia Noturna - 3.500,00.
- (D) D- Capital Social - 7.000,00
D- Reservas de lucro - 3.200,00
C- Ações da Cia Noturna - 10.200,00.
- (E) D- Capital Social - 9.000,00
D- Reservas de lucro - 4.700,00
C- Ações da Cia Noturna - 13.700,00.

56 Em 31 de dezembro de 2019, a Cia. Rio S/A possuía 60% das ações da Cia. Lagoa, comprada por R\$ 110.000,00, classificando-a como coligada. Ao final do exercício de 2020, a Cia. Lagoa teve um lucro de R\$ 50.000,00 e pagou dividendos de R\$20.000,00. A Cia. Rio vendeu toda a sua participação na Cia. Lagoa em 31 de dezembro de 2020, por R\$ 80.000,00 à vista. O resultado apurado com a venda da participação na coligada foi de

- (A) R\$ 80.000,00.
(B) R\$ 30.000,00.
(C) R\$ 20.000,00.
(D) R\$ 15.000,00.
(E) R\$ 12.000,00.

57 A Cia. Anonimus S.A., durante o ano de 2020, obteve lucro de R\$ 60.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 18.000,00, entre outros, para a Cia. Popular S.A., para a qual vendeu 20% de seu capital social em 2019. Considerando-se essas informações, pode-se afirmar que a Cia. Popular S.A., em 31/12/2020,

- (A) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 2.400,00.
- (B) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 12.000,00.
- (C) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 12.000,00.
- (D) reconheceu um lucro de R\$ 18.000,00.
- (E) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 18.000,00.

58 Em fevereiro de 2019, a Empresa Tacaxinha S/A abriu uma nova filial no Estado do Pará, cujo investimento foi de R\$ 1.200.000,00, registrado no imobilizado, e R\$1.500.000,00, no estoque. No entanto, no primeiro ano de funcionamento, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R\$ 21.000,00. Em 2021, a Empresa Parazinho entrou em contato querendo comprar a unidade no valor de R\$ 1.000.000,00. Porém, ao se fazer uma análise no fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R\$ 1.100.000,00. Nesse contexto, o contador da Empresa Tacaxinha deve

- (A) estornar o total da perda de valor recuperável de R\$ 1.700.000,00.
- (B) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 21.000,00.
- (C) manter o valor do investimento, já que não houve perda do valor recuperável.
- (D) reconhecer um complemento de perda do valor recuperável de R\$ 79.000,00.
- (E) reverter parte da perda do valor recuperável no valor de R\$ 121.000,00.

59 A Cia. Noite S.A. é cliente da Cia. Tarde S.A., da qual compra equipamentos industriais de grande porte para uso nas suas atividades operacionais. A Cia. Tarde adquire para revender esses equipamentos da Cia. Manhã S.A., que produz cada unidade no tempo médio de 380 dias. A Cia. Tarde, cliente fiel da Cia. Manhã, tem prazo médio de pagamento de sua fornecedora de 380 dias, pois leva tempo igual para realizar a venda desses equipamentos. Considerando-se essas informações, a classificação dos equipamentos industriais nas Cias. Noite, Manhã e Tarde são, respectivamente,

- (A) ativo circulante, realizável a longo prazo e ativo imobilizado.
- (B) ativo circulante, ativo circulante e ativo imobilizado.
- (C) ativo imobilizado, ativo circulante e ativo realizável a longo prazo.
- (D) ativo imobilizado, ativo circulante e ativo circulante.
- (E) ativo realizável a longo prazo, ativo imobilizado e ativo circulante.

60 A Cia. Manhã S.A. decidiu expandir suas atividades operacionais, para tanto optou, entre as várias formas de financiamento disponíveis, pela emissão de 10.000 debêntures a R\$ 100,00 cada. A data da captação foi 03/01/2018. O prazo definido para as debêntures é de 10 anos e juros simples com taxa anual de 6%. Houve custo para a captação dos recursos no valor de R\$ 40.000,00, pagos na data da transação. Ficou estipulado o valor de R\$ 120.000,00 de prêmios na emissão das debêntures da Cia. No dia 03/01/2018, após a contabilização desses fatos, pode-se dizer que foi gerado(a) um(a)

- (A) passivo de R\$ 1.080.000,00.
- (B) passivo de R\$ 1.040.000,00.
- (C) receita financeira de R\$ 120.000,00.
- (D) despesa financeira de R\$ 40.000,00.
- (E) despesa financeira de R\$ 120.000,00.

ECONOMIA

61 Uma medida que está relacionada à inflação no Brasil é o Deflator Implícito do PIB, calculado como a razão entre o PIB real e o PIB nominal e depois multiplicado por 100. Essa medida é um índice

- (A) de Paasche, com pesos que variam ano a ano.
- (B) de Laspeyres, com pesos fixos no ano base.
- (C) de Fischer, isto é, a média geométrica entre os índices de Paasche e Laspeyres.
- (D) que respeita a propriedade da reversibilidade no tempo.
- (E) que respeita a propriedade da circularidade, mas não respeita a propriedade da reversão das causas.

62 Considerando-se as premissas do modelo Mundell-Fleming (IS-LM-BP) para uma economia aberta, com governo, mobilidade imperfeita de capitais e câmbio flexível, quando é realizada uma redução da taxa de depósitos compulsórios dos bancos comerciais pela autoridade monetária, é correto afirmar que o efeito da política

- (A) depende da inclinação das curvas LM e BP. Caso a curva LM seja mais inclinada que a BP, espera-se que exista uma valorização cambial e um aumento da taxa de juros.
- (B) depende da inclinação das curvas LM e BP. Caso a curva LM seja menos inclinada que a BP, espera-se que exista uma desvalorização da taxa de câmbio e uma expansão da renda.
- (C) sobre a renda não depende da inclinação das curvas LM e BP, e espera-se uma valorização cambial.
- (D) sobre a renda não depende da inclinação das curvas LM e BP, de modo que se espera um aumento da taxa de juros.
- (E) sobre a renda não depende da inclinação das curvas LM e BP, de modo que se espera uma expansão da renda.

63 Considere um mercado no qual a demanda inversa pelo bem que nele é comercializado é dada por $P = 50 - Q$, em que P é o preço do bem e Q é a quantidade demandada. Nesse mercado, a oferta pelo bem é dada por $P = Q$. Considere os dois casos seguintes:

Caso I: Não existe a incidência de impostos;

Caso II: Existe um imposto $t = 5$, por unidade comercializada.

É correto afirmar que

- (A) O preço de equilíbrio no caso II é de 25.
- (B) A arrecadação do governo no caso II é de R\$ 118,75.
- (C) A diferença de bem-estar para os produtores do caso I para o caso II é de 75.
- (D) O excedente do consumidor no caso I é de 253,125.
- (E) A incidência de um subsídio, no lugar de um imposto, traria perda social no valor de 6,25.

RASCUNHO

- 64** Sobre o Teorema de Coase é correto afirmar que
- (A) afirma que a solução de mercado sempre será eficiente, indicando que a intervenção governamental não deve ser exercida sobre a economia.
 - (B) seus resultados independem da existência de custos de transação.
 - (C) no caso de preferências quase-lineares, a solução de mercado terá a mesma quantidade de externalidade, independente da distribuição dos direitos de propriedade.
 - (D) é possível internalizar as externalidades causadas pela poluição por meio da cobrança de impostos, os chamados impostos coasianos, também conhecidos como o princípio do poluidor pagador.
 - (E) para que exista uma alocação eficiente pelo mecanismo de mercado é necessário que os custos de transação estejam bem definidos.

- 65** Um determinado consumidor tem sua função utilidade representada por $U(X, Y) = X^{0,5}Y^{0,5}$. O preço de mercado do bem X é $P_x = 100$ e o preço de mercado do bem Y é $P_y = 25$. O mercado de ambos os bens é de concorrência perfeita, e a renda desse consumidor é de R\$ 2.000,00. Sobre esse caso é correto afirmar que
- (A) a utilidade marginal ligada ao consumo do bem X é homogênea de grau 1.
 - (B) a cada aumento de R\$ 100 (cem reais) na renda desse consumidor, espera-se que o aumento de U seja de 1.
 - (C) a decisão ótima de consumo é dada por $X = 5$ e $Y = 60$.
 - (D) a decisão de consumir o bem X depende do preço do bem X, e não do preço do bem Y.
 - (E) segundo a perspectiva dos rendimentos marginais decrescentes, conforme esse consumidor aumenta as quantidades consumidas de X e de Y, sua utilidade cresce em proporções cada vez menores em comparação a esse aumento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 66** Sobre as Funções Essenciais à Justiça na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que o
- (A) Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo Governador e destituído pela mesma autoridade nos casos e na forma da lei complementar estadual.
 - (B) Ministério Público do Estado formará lista sêxtupla entre integrantes da carreira, nos termos da lei complementar estadual, para escolha de seu Procurador-Geral, que será reduzida à lista tríptica pelo Tribunal de Justiça do Estado, sendo nomeado pelo Governador um dos três integrantes desta lista.
 - (C) Ministério Público do Estado formará lista sêxtupla entre integrantes da carreira, nos termos da lei complementar estadual, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador.
 - (D) mandato do Procurador-Geral de Justiça é de dois anos, permitida uma recondução.
 - (E) mandato do Procurador-Geral de Justiça é de dois anos, permitida duas reconduções.

RASCUNHO

67 Sobre os Conceitos de Constituição, é certo afirmar que

- (A) a Constituição no sentido sociológico requer uma investigação sobre a Constituição real e efetiva de um Estado e de uma sociedade que transborda e ultrapassa os limites da ciência jurídica, sendo, em realidade, um problema para sociólogos e cientistas políticos.
- (B) a Constituição, para Ferdinand Lassalle, deve ser entendida como fatores reais de poder que regem uma sociedade, pelo que a Constituição escrita é sempre correspondente à Constituição real.
- (C) Hans Kelsen sustenta que a normatividade do direito depende sempre de uma decisão política que é, em última instância, a forma e a unidade da vontade política de uma comunidade.
- (D) Hans Kelsen pensa a Constituição como uma simbiose das ciências sociais, assim os estudos jurídicos, políticos e sociológicos devem ser fundidos para um único entendimento.
- (E) Carl Schmitt propõe a leitura do texto constitucional como produto da cultura configurada como uma constituição total resultado da junção de diversos aspectos, tais como a moral, o direito, a economia e a filosofia.

68 Sobre o *Habeas Corpus* na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente *habeas corpus*

- (A) em que for paciente o Presidente da República, o Vice-Presidente, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os membros do Congresso Nacional, e seus próprios Ministros.
- (B) quando o ato coator for de Tribunal Superior, com exceção do Tribunal Superior do Trabalho, ou um dos Tribunais Regionais Federais.
- (C) quando o ato coator for de Tribunal Superior, com exceção do Tribunal Superior Eleitoral, ou um dos Tribunais Regionais Federais.
- (D) em que for paciente o Procurador-Geral da República.
- (E) em que for paciente o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais de Justiça.

69 Sobre o Mandado de Injunção na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que é da competência

- (A) recursal, via recurso extraordinário, do Supremo Tribunal Federal o julgamento de mandado de injunção decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (B) recursal, via recurso especial, do Superior Tribunal de Justiça o julgamento de mandado de injunção decidido em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- (C) recursal, via recurso ordinário, do Superior Tribunal de Justiça o julgamento de mandado de injunção decidido em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.
- (D) recursal do Tribunal Superior Eleitoral o julgamento de mandado de injunção denegado por decisão de um dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (E) originária do Superior Tribunal de Justiça o julgamento de mandado de injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados apenas os casos de competência do Supremo Tribunal Federal.

RASCUNHO

70 Sobre a incorporação dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) a aprovação por cada Casa do Congresso Nacional pelo rito legislativo da Emenda Constitucional incorporará o tratado ou a convenção internacional sobre direitos humanos em nível hierárquico equivalente às leis complementares.

(B) o Congresso Nacional pode adotar regime legislativo de Emenda Constitucional com votação em dois turnos por três quintos dos votos dos respectivos membros, incorporando o tratado ou a convenção internacional sobre direitos humanos em nível hierárquico equivalente às emendas constitucionais.

(C) o Congresso Nacional pode adotar regime legislativo de Emenda Constitucional com votação em dois turnos por dois terços dos votos dos respectivos membros, incorporando o tratado ou a convenção internacional sobre direitos humanos em nível hierárquico equivalente às leis complementares.

(D) a aprovação pelo Senado Federal pelo rito legislativo da Emenda Constitucional incorporará o tratado ou a convenção internacional sobre direitos humanos em nível hierárquico equivalente às emendas constitucionais.

(E) o Congresso Nacional pode adotar regime legislativo de Emenda Constitucional com votação em dois turnos por dois terços dos votos dos respectivos membros, incorporando o tratado ou a convenção internacional sobre direitos humanos em nível hierárquico equivalente às emendas constitucionais.

71 Sobre o Poder Judiciário na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

(A) o Conselho Estadual de Justiça é formado, por designação constitucional, por um terço de Desembargadores, outro terço de Juízes de Direito da entrância da capital, um sexto por advogados e outro sexto por Procuradores de Justiça.

(B) o Conselho Estadual de Justiça é formado, por designação constitucional, por um terço de Desembargadores, outro terço de Juízes de Direito da entrância da capital e o último terço por Procuradores de Justiça.

(C) os Juízes Militares gozam das mesmas garantias constitucionais dos Juízes de Direito, mas têm suas vedações definidas pelo Código Penal Militar.

(D) a nomeação dos Juízes de Direito será feita por ato conjunto do Presidente do Tribunal de Justiça e do Governador do Estado, respeitada a ordem de classificação no concurso.

(E) as comarcas se classificam em entrâncias, sendo a da capital de terceira entrância e as demais, de terceira, segunda e primeira entrâncias, conforme dispuser a lei. As varas agrárias são providas por Juízes de Direito de 2ª Entrância, na forma prevista pelo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado, desde que aprovados em curso de aperfeiçoamento.

72 Sobre os Direitos Políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que o(a)

(A) alistamento eleitoral e o voto são facultativos ao estrangeiro.

(B) nacionalidade brasileira nata é condição indispensável de elegibilidade.

(C) idade mínima de trinta e cinco anos é condição de elegibilidade para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.

(D) militar alistável é elegível, porém, se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

(E) idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz.

73 Sobre o novo regime de pagamento de precatórios do Poder Judiciário na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que o credor pode ofertar créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para

(A) quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, inclusive em transação resolutiva de litígio.

(B) quitação de débitos parcelados ou débitos inscritos em dívida ativa do ente federativo devedor, excluídos aqueles que são objeto de litígio judicial sem decisão judicial transitada em julgado.

(C) pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial promovidas pelo mesmo ente, sendo neste caso beneficiado com desconto não superior a cinco por cento do valor global da outorga.

(D) compra de imóveis públicos de propriedade do mesmo ente disponibilizados para venda, e de móveis oferecidos em leilão de objetos apreendidos em controle alfandegário e objeto de pena de perdimento.

(E) compra de direitos, disponibilizados para cessão, do respectivo ente federativo, inclusive, no caso de Estados produtores e da União, da antecipação de valores a serem recebidos a título do excedente em óleo em contratos de partilha de petróleo e de gás natural.

74 Sobre a Intervenção nos Estados e Municípios na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que:

(A) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal em caso de manutenção da integridade nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e também para assegurar a observância do princípio constitucional da impessoalidade e moralidade na administração pública direta e indireta.

(B) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal em caso de manutenção da integridade nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública e também para assegurar a observância do princípio constitucional da publicidade e eficiência na administração pública direta e indireta.

(C) No caso de garantia do livre exercício do Poder Legislativo estadual, a intervenção da União dependerá de requisição do Congresso Nacional.

(D) No caso de garantia do livre exercício do Poder Executivo Estadual, a intervenção da União dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal.

(E) No caso de garantia do livre exercício do Poder Legislativo Estadual, a intervenção da União dependerá de solicitação do próprio poder coacto ou impedido.

75 Sobre a Ação Popular na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

(A) pode ser proposta por pessoa jurídica em defesa do interesse público, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

(B) pode ser proposta por pessoa jurídica em defesa da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

(C) o autor popular tem isenção de custas judiciais e ônus de sucumbência somente se propuser a Ação Popular na circunscrição eleitoral em que tiver domicílio eleitoral.

(D) é julgada pelo juízo competente de primeiro grau de jurisdição, se contra o Presidente da República, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

(E) é julgada por uma de suas duas turmas julgadoras, se contra o Presidente da República, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.

- 76** Sobre os Direitos Sociais na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) a inclusão da renda básica familiar como direito social decorre da inclusão de uma nova contribuição social no sistema tributário brasileiro que tem como contribuinte as empresas de grande porte.
 - (B) a inclusão da renda básica familiar como direito social decorre da inclusão de uma nova contribuição social no sistema tributário brasileiro que tem como contribuinte as empresas de grande e médio porte.
 - (C) os direitos sociais à moradia, à alimentação e ao transporte foram incorporados ao texto original da Constituição por meio de Emendas Constitucionais.
 - (D) os brasileiros em situação de vulnerabilidade social passaram a ter direito a uma renda básica familiar correspondente à um salário-mínimo por integrante do núcleo familiar, a partir da Emenda Constitucional n. 114, de 2021.
 - (E) os brasileiros em situação de vulnerabilidade social passaram a ter direito a uma renda básica familiar garantida pelo poder público em programa de transferência de renda com ciclo de duração inicial de dez anos, a partir da Emenda Constitucional n. 114, de 2021.
- 77** Sobre o Mandado de Segurança na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) o mandado de segurança contra ato do Superior Tribunal de Justiça é de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) o processamento e julgamento do mandado de segurança contra ato do Supremo Tribunal Federal é julgado pelo próprio tribunal, bem como os atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e dos Ministros de Estado.
 - (C) as decisões denegatórias de mandado de segurança decididas em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral são recorríveis ao Supremo Tribunal Federal por recurso ordinário.
 - (D) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais são julgados em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (E) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores são julgados em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal, seja a decisão denegatória ou concessiva.
- 78** Sobre o Processo Legislativo na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que
- (A) compreendem o processo legislativo constitucional, a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e instruções normativas.
 - (B) a Constituição admite emenda por proposta de mais da metade dos Governadores de Estado e do Distrito Federal.
 - (C) a edição de medida provisória pelo Presidente da República requer relevância e urgência, enquanto a edição de medida provisória pelo Presidente do Congresso Nacional requer relevância, urgência e interesse público relevante.
 - (D) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - (E) é constitucional a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

79 Sobre o Poder Legislativo na Constituição do Estado do Pará de 1989, é certo afirmar que

- (A) a mudança temporária de sede da Assembleia Legislativa, bem como o local de suas reuniões, depende de deliberação da maioria simples de seus membros com posterior sanção do Governador.
- (B) a Constituição do Estado do Pará poderá ser emendada por proposta do Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) as leis ordinárias que tratem de aumento de despesa e as leis complementares e suas alterações serão aprovadas por maioria absoluta.
- (D) a iniciativa popular de projetos de emenda à Constituição pode ser exercida por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado, distribuídos, pelo menos, por dez municípios, sendo necessário o mínimo de três décimos por cento dos eleitores de cada município.
- (E) compreendem o processo legislativo constitucional estadual, a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

80 Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade na Constituição Federal do Brasil de 1988, é certo afirmar que

- (A) a legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade pelo Governador de Estado ou do Distrito Federal, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tem a mesma amplitude temática que aquela do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.
- (C) o Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento no sentido de que o fato de uma lei possuir destinatários determináveis retira seu caráter abstrato e geral, não podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade tanto a Mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados quanto a Mesa do Congresso Nacional e as Mesas de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (E) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal exige, para configuração do caráter nacional da entidade de classe, comprovação da existência de associados ou membros em pelo menos quinze Estados da Federação.

RASCUNHO